

JUDICIÁRIO E JUSTIÇA: O PODER ENFRENTADO PELO VALOR

Cláudio Rebêlo Correia Alencar^(*)

Sumário: Introdução. 1. Poder judiciário. 1.1. Conceito. 1.2. Relação com os outros poderes do Estado e sua evolução histórica pátria. 1.3. Funções. 1.3.1. Dirimir conflitos. 1.3.2. Controle de inconstitucionalidade. 1.3.3. Autogoverno. 1.3.4. Política. 1.4. Modelos, segundo classificação de Eugênio Raul Zaffaroni. 1.4.1. Empírico-primitivo. 1.4.2. Técnico-burocrático. 1.4.3. Democrático-contemporâneo. 2. Crise de justiça brasileira. 2.1. Crise estrutural. 2.1.1. Quantidade e método seletivo de juizes, formalismo jurídico brasileiro e custas. 2.2. Crise institucional. 2.3. Crise de mentalidade. 2.4. Crise da fiscalização sobre o Judiciário. 3. Elementos de uma reforma do Judiciário. 3.1. Facilitação do acesso à Justiça. 3.1.1. Desburocratização processual. 3.1.2. Juizados especiais cíveis e criminais. 3.1.3. Vinculação às súmulas do Supremo Tribunal Federal. 3.2. Controle externo do Poder Judiciário. 3.3. Mudança de postura dos operadores jurídicos. Conclusão.

Crise do Poder Judiciário. Aborda-se o conceito e a relação deste poder com os demais, realizando-se seu traçado histórico no Brasil. Delimita-se suas funções atuais, além dos diferentes modelos de estruturas de Judiciário existentes no mundo. Analisa-se os vários aspectos que levaram a Justiça nacional a soçobrar-se. Elenca-se, ao final, diferentes formas de recuperar-se a credibilidade de nosso órgão jurisdicional.

Introdução

O Brasil, hoje, é palco de um quadro desastroso: violência urbana e rural, de desfalques à máquina administrativa, de submersão dos valores éticos, de descumprimento geral da legislação vigente.

(*) Vencedor do II Concurso de Monografias Jurídicas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, categoria profissional.

A população encontra-se descrente quanto ao futuro. O sentimento de impunidade assola o país. Os delinquentes de pequena monta quase sempre são punidos, ao contrário dos “grandes” criminosos que se mantêm inatingíveis de quaisquer sanções.

Como consequência deste panorama, nos chamou a atenção o estado de abandono e sucateamento em que se encontra a Justiça de nosso país e o descaso da maioria dos operadores jurídicos diante desta realidade. Pretendemos verificar o diagnóstico de nosso Judiciário, com todas as suas imperfeições para, ao final, sugerirmos mudanças, haja vista que, para transformarmos algo é necessário um conhecimento profundo de sua realidade.

Começamos analisando o conceito moderno de Poder Judiciário. Faremos um breve comentário sobre sua evolução histórica e seu atual posicionamento na estrutura organizacional de nosso Estado. Neste tópico constataremos o real significado da divisão dos Poderes da República, com a má interpretação dada à teoria de Montesquieu.

Constataremos as atuais funções do Poder Judiciário, sua importância no quadro político jurídico, a necessidade de ter consciência de seu papel na sociedade. Verificaremos, conforme Eugênio Raul Zaffaroni, os três modelos em que se enquadram as diferentes estruturas judiciárias no mundo, através de suas semelhanças organizacionais. A partir disso pode perceber-se em qual o Judiciário pátrio se enquadra, com seus defeitos e qualidades, o que em muito contribuirá na descrição de seu quadro.

A seguir, estudaremos os vários aspectos da crise do Judiciário: sua crise estrutural e suas diversas vertentes; a crise institucional, que deriva da omissão da Justiça brasileira ante suas novas funções constitucionais; veremos a chamada crise de mentalidade, que provém do arcaísmo peculiar aos nossos magistrados, que se negam a romper com seus conceitos obsoletos; por fim a crise dos meios de controle do próprio Judiciário, também decorrente da postura adotada pela atual Constituição Federal. Esse, a poucas palavras, é o diagnóstico da estrutura judiciária nacional. Onde está o erro? Onde está a solução? Controle externo do Judiciário? Vinculação às súmulas do Supremo? Juizados especiais cíveis e criminais?

No último capítulo, sem pretender esgotar a discussão, traz-se à baila algumas sugestões que ajudarão a construção de uma nova Justiça. O fundamental é permitir o acesso ao Judiciário de todos os que se encontram com alguma espécie de litígio. Veremos que podem ocorrer tais modificações, através da quebra da burocracia procedimental e da implantação dos Juizados cíveis e criminais, do controle externo e da transformação da forma de pensar dos vários operadores jurídicos.

Nosso objetivo neste trabalho é levar o Judiciário ao debate e propor-lhe sugestões, analisar certos institutos novos que, com coragem política, conjugada a uma pequena, mas crescente, conscientização do povo brasileiro, podem tornar a trazer a credibilidade desta instituição fundamental para manutenção da democracia.

1 — Poder Judiciário

1.1 — Conceito

Ubi jus ibi societas, ubi societas ibi jus! Desde quando o homem vive em grupo que existem conflitos entre si de ordem jurídica. Nesse contexto surgiu o Direito para disciplinar condutas, estabelecer regras de convívio. Mas havia necessidade de alguém ou algo para resolver os litígios, os problemas que brotavam a partir das relações sociais. Desse modo estruturas rústicas, precárias, de solução de lides foram ganhando espaço e evoluindo paralelamente à sociedade, de forma inicialmente estanque, sem se inserir em organização maior, sendo privado ou particular, confundindo-se com a autoridade real ou política em alguns casos.

Entretanto, com o advento da era moderna e com esta o chamado Estado moderno, o papel de compor conflitos entrou no arcabouço deste e com a explosão da Revolução Francesa assumiu a postura de um dos três poderes do Estado, essenciais à sua organização. O Poder Judiciário, hoje, não se restringe a resolver conflitos individuais, ampliou, necessariamente, suas funções, que logo mais serão vistas com mais atenção (ver 1.3).

Portanto, o Poder Judiciário é o órgão estatal destinado a dirimir conflitos, de dizer o direito no caso concreto, de realizar a justiça e a paz social, através da manutenção do equilíbrio entre os poderes. “É um sistema que opera em um ‘ambiente, onde mantém múltiplas relações com outros sistemas e subsistemas’” (Zaffaroni, 1995, p. 32).

A independência é da própria essência da Jurisdição; sem esta não há que se falar em Judiciário. A independência judicial vem a ser a certeza de que o juiz não estará submetido à coação de poderes externos à magistratura, mas também implica a segurança de que o juiz não sofrerá as pressões dos órgãos colegiados da própria judicatura (independência externa e interna).

A imparcialidade, por sua vez, significa a desvinculação do magistrado aos grupos de pressão, provindo do pluralismo político, ou seja, de um modelo de sociedade democrática. Para isso a independência judicial é pressuposto.

“A cadeia conceitual poder — independência — imparcialidade — jurisdição é da própria essência do Judiciário, e de sua manutenção depende a atividade jurisdicional, ou, caso contrário, um ramo burocrático imposto pela força de sua parcialidade” (Zaffaroni, 1995, p. 87).

No entanto, não pode ser confundida com neutralidade ideológica. O juiz não pode e não deve ser neutro. Com a desculpa da objetividade, da submissão à lei, do formalismo-normativista o Judiciário tem tomado os posicionamentos mais vexatórios e parcializados. Cientes do “mal” que o partidarismo provoca, este tem sido utilizado para propagar o afastamento político do Judiciário: o chamado juiz asséptico. Voltaremos a tratar do tema em 1.3.4 e em 2.3.

1.2 — *Relação com os outros poderes do Estado e sua evolução histórica pátria*

Provavelmente nenhum autor foi tão deturpado em seus pensamentos e obra quanto *Montesquieu*. Tem sido confundido, no decorrer da história, como propugnador de uma teoria baseada na separação estanque entre os poderes do Estado. Contudo, não é bem assim. Ele partiu de uma máxima milenar, mesmo assim muito atual: todo poder induz ao abuso. Reconhece, isto sim, a possibilidade de fiscalização mútua entre os poderes, além da realização de funções de outra natureza. O seu sentido é o de impedir a concentração de poder e, com isso, um possível desvio em sua finalidade.

A tripartição de funções no Estado é princípio que remonta à antiguidade grega, com *Heródoto* e *Aristóteles*, e depois com *Cícero* e *Jonh Locke*, tendo merecido atenção pormenorizada de *Montesquieu*. Demonstrou que o Estado, no campo da ilação jurídica, deve agir conjuntamente, de forma a que seus diferentes ramos, em suas atividades distintas sempre busquem a interação, a interdependência, o mesmo objetivo: o bem comum.

“Tal interdependência autoriza a qualquer das três funções do Estado exercer atribuições naturalmente peculiares a um dos restantes, sem ferir, com isso, a Constituição. Assim é que, se tomarmos como exemplo a Constituição Brasileira, veremos que o Poder Executivo pode legislar, o Legislativo julgar e o Judiciário legislar, a partir do momento em que cada Tribunal elabora seu regimento interno. Não há, em verdade, separação de poderes no Estado, porque o poder político é, naturalmente, uno e indivisível. O que deve haver é equilíbrio entre os poderes, conforme o princípio dos freios e contrapesos (*checks and balances*) da Inglaterra e Estados Unidos, de forma que cada poder limitaria os demais: *le pouvoir arrête le pouvoir*”. (*Acquaviva*, 1993, p. 1.113).

O Brasil é um poço de conflitos. Os diferentes setores e níveis sociais vivem em litígios que os afastam social e culturalmente. Todavia os projetos políticos destes diferentes grupos poderiam compatibilizar-se. Mas não é interessante para as classes política e economicamente dirigentes e, conseqüentemente, não tem eficácia.

“A origem da Justiça Brasileira era subordinada ao rei; fazer justiça era a primeira tarefa do soberano, dizia-se” (*Lopes*, 1989, p. 130). A burocratização precoce do reino propiciou uma magistratura carreirista e hierarquizada, dependente, nos níveis mais altos, do próprio passo real, além do conseqüente distanciamento das questões populares. Outra coisa que contribuiu muito para o país ser deste modo foi o Estado de Segurança Nacional. Nesta época, o Judiciário aceitou que outro poder se intrometesse nas suas funções mais nobres e abdicou de sua autonomia. E esta não no sentido financeiro, mas sim “uma defesa da função de julgar perante os outros órgãos do Estado” (*Lopes*, 1989, p. 130).

“Desta forma, quando se chega à República e se consagra a fórmula da tripartição, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos da América, inexistia a tradição de resistência institucional ao poder imperial” (Lopes, 1989, p. 130). Se construiu, apesar da singela democratização a partir dos anos 20, um Judiciário distante das lutas políticas, mas, mais ainda, da sociedade.

A atual Constituição estabeleceu, claramente, a tripartição de poderes, elencando este princípio como cláusula pétrea (art. 60, § 4º, III), não sendo sujeito a alterações pelo constituinte derivado. No entanto, é evidente o intercâmbio de funções entre eles, para melhor desempenho de suas atividades e reforçando sua independência.

Mas é característico de um Estado democrático o embate dessas forças entre si; percebe-se a tentativa de domínio de um sobre o outro e neste jogo o Judiciário sente-se mais fraco, devido ao caráter eletivo dos demais. Inobstante, é nestes momentos que o Judiciário deve demonstrar seu poder e mostrar sua essencialidade para manutenção da igualdade e liberdade. Uma instituição não é democrática por ter seus membros eleitos pelo povo, exclusivamente; nem deixa de ser se exerce um ato de controle sobre outros se seus membros não são escolhidos pelo voto. “Uma instituição é democrática quando seja funcional para o sistema democrático, quer dizer, quando seja necessária para sua continuidade, como ocorre com o Judiciário” (Zaffaroni, 1995, p. 43). E é isto que esse nosso poder precisa perceber para não se rebaixar aos caprichos do Executivo ou Legislativo.

1.3 — *Funções*

1.3.1 — *Dirimir conflitos*

Esta é a função clássica do Judiciário e seu papel em sentido de propiciador de paz individual e social. A Justiça nasceu da necessidade de solucionar os problemas entre os indivíduos promovendo segurança jurídica. Da necessidade desta surgiu o positivismo jurídico.

E só pode ser alcançada através do devido processo legal e pela coisa julgada. E só há essa garantia a partir do momento em que as partes percebem a incerteza a respeito do conteúdo da futura sentença, que haverá de dizer qual delas merece a proteção estatal.

Por isso a responsabilidade do Poder Judiciário é enorme, pois é Ele quem defende e mantém as instituições de uma nação. E aqui, nesta sociedade desigual e injusta, sua função se torna de importância imensurável. Porque aos pobres, às minorias econômicas e sociais só resta o direito como arma e este só é eficaz quando existem juízes que lhe exigem cumprimento.

1.3.2 — *Controle de constitucionalidade*

Seria um ato suicida e de boa vontade (ingenuidade), quando não pernicioso, entregar-se o controle da aplicação da Constituição ao poder que a instituiu, pois são os mais tentados a violá-la.

Na passagem do século anterior para o atual o controle de constitucionalidade das leis passou a ser função estatal exercida pelo Judiciário, deixando de lado o radicalismo da teoria clássica da separação dos poderes para tornar-se mediador na divisão de tarefas, atividades e funções, evitando abusos e excessos dos poderes do Estado no uso da força pública.

Hoje, quase todos os países são adeptos do controle de constitucionalidade por parte do Judiciário. No entanto, ainda existem nações, encabeçadas pela França que, assentadas em uma falsa interpretação da teoria de *Montesquieu*, consideram uma intromissão daquele poder nos outros, através deste controle. Com isso estes países transformaram seus Judiciários em peças obsoletas e ultrapassadas. Com o argumento de não ferir a tripartição de poderes, geram um Judiciário debilitado e sem nome.

Entretanto, estas nações são minoria, pois a grande maioria controla a aplicação de suas constituições através de seus órgãos jurisdicionais. Alguns com um modelo canalizado em uma cúpula para decidir exclusivamente sobre tais temas. É o controle concentrado. São os Estados Europeus em sua maioria. Outros atribuem a seus juízes de qualquer instância a defesa de suas constituições. É o controle difuso. São os países da América Latina, principalmente. Por fim, existem aqueles que combinam de diferente forma, utilizando tanto um como outro, o que demonstra que são diferentes, mas não excludentes. É o chamado controle difuso misto. É o caso do Brasil.

Além disso, se fizermos uma análise conjuntural, verificaremos que os juízes, ao aplicarem as leis, se utilizam das diferentes formas de interpretação, entre elas a sistemática, em que colocam a norma no contexto do ordenamento jurídico, logo terão que seguir a hierarquia das normas, o que implica em um tácito controle de constitucionalidade.

1.3.3 — Autogoverno

O art. 99 da Constituição Federal de 1988 vem sufragar um princípio propiciador da independência judicial: a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Através dele infere-se que o Judiciário pode escolher suas diretrizes organizacionais, formação de sua estrutura (Secretarias, Varas, Regimentos internos etc.), além da proposição orçamentária, ou seja, a determinação das prioridades na aplicação de verbas.

Portanto, esta é uma função que tem razão de ser, precipuamente, para garantir a imparcialidade necessária aos juízes no ato de julgar. No entanto, este também tem sido um princípio constitucional não cumprido, pelo menos em parte. A Justiça brasileira não tem exercido *in totum* seu direito de fazer suas dotações orçamentárias, o que, *de per se*, representa uma quebra em sua independência, e um motivo qualificativo de sua crise.

Mais ainda: na América Latina tem sido freqüente a concentração, nas cúpulas, dessas três funções judiciárias — composição de conflitos de interesses, controle de constitucionalidade e autogoverno —, que tem provocado um perigo ao equilíbrio entre os poderes e a estabilidade de todo o sistema político. O que confirma a tradição de autoritarismo dos países desse continente.

Para reverter esse quadro de profundo antagonismo, a fórmula é simples, se tivermos vontade política, e aí já cabe uma proposta de reforma do Judiciário: primeiramente é fundamental a diversificação orgânica dessas três funções, através de um controle de constitucionalidade difuso misto, conforme nossa tradição, mas desde que o órgão responsável pela unificação dessa matéria seja de nomeação dispersa; com a sua administração em um órgão pluralista e democraticamente representativo, através de conselhos da magistratura que geram poderes judiciários horizontalizados, independentes, com a aplicação das leis de modo a realizar justiça social; por fim, com a resolução dos litígios em juízes selecionados segundo a regra da máxima capacidade técnica.

1.3.4 — *Política*

Talvez seja essa a função mais importante do Poder Judiciário, ao menos circunstancialmente, tendo em vista o não reconhecimento dela como tal por parte de seus integrantes, o que gera uma instabilidade institucional por não propiciar o equilíbrio entre os poderes.

O Judiciário exerce atividade política em vários sentidos. Primeiramente por ser integrante do arcabouço do Estado, que é uma sociedade política. Ele não pode deixar de ser político: à medida que é um ramo do governo, por si só é político. Deve se conscientizar cada vez mais desse seu papel, para tornar-se mais capaz de cumpri-lo, desempenhando suas funções, que são sempre políticas. Todavia, isto não significa partidarismo, parcialidade. Ao contrário reforça a exclusão deste, por ser antidemocrático e supressor do pluralismo. Um segundo fato é por ser um órgão responsável pela aplicação de normas de direito, que são necessariamente políticas. Como terceira característica política do Judiciário, temos que o juiz, que é o operador daquele, é um cidadão e com isso exerce o direito político. A partir do momento em que os indivíduos abriram mão da vingança privada e instrumentalizaram o Estado para garantir a paz e ordem sociais, o legitimaram para, através da Justiça, aplicar o direito de forma justa. Assim o juiz é um agente público, que age em nome do povo. Essa a quarta característica. Por fim, temos o fato de ser social o direito, aliás trata-se de uma redundância, pois a sociedade é inerente a este, o que confirma o caráter político da função jurisdicional.

Dai deduz-se, como acima referimos, a necessidade do Judiciário perceber e cumprir seu papel político.

1.4 — *Modelos, segundo classificação de Eugênio Raul Zaffaroni*

Sabemos que não há uma classificação completa, perfeita, sobretudo nas ciências sociais. Mas, o Juiz e estudioso Eugênio Raul Zaffaroni, reuniu certos aspectos importantes dos diferentes poderes Judiciários do mundo e estabeleceu essa nomenclatura, cabendo sempre frisar que em alguns Estados não há semelhança com esses três modelos.

1.4.1 — *Empírico-primitivo*

O primeiro deles é o empírico-primitivo, que se caracteriza pela seleção arbitrária dos membros da magistratura, com uma partidariação evidente dos mesmos. Consequentemente, o nível do serviço prestado é precário, pobre tecnicamente. Do mesmo modo, não há que se falar em independência judicial, pois os juízes nomeados estão obrigados eternamente a retribuir a seus “patrões” o favor a eles despendidos. Portanto, essa estrutura de nomeação ou destituição em troca de favores retira do Judiciário sua essência: independência e sua consequente — imparcialidade.

Nisso alguns países tentam camuflar. Realizam concursos com o escopo de demonstrar fidedignidade na escolha dos membros de seu Judiciário. No entanto, essa tarefa será em vão se realizado por comissão duvidosa, sem a devida qualificação técnica, sem publicidade, além da necessidade de concurso de provas e títulos e não só destes.

“Por isso, quanto mais primitivas — irracionais — sejam as estruturas institucionais, maior será a distância entre as funções manifestas (declaradas na Constituição e outras regulamentações) e as funções latentes (efetivamente realizadas), mais vulnerável será a posição do operador, mais tortuosa a introjeção do poder por parte deste operador, maior o risco de deterioração da sua imagem pública, auto-estima e da própria personalidade” (Zaffaroni, 1995, p. 137).

Mas em alguns casos a dependência (se não o medo) já se imiscuía tão intensamente que não necessita de uma pressão objetiva naquele momento, pois o juiz já sabe “como” decidir.

1.4.2 — *Técnico-burocrático*

A primeira coisa identificada para superar o mero modelo empírico-primitivo, foi a necessidade de qualificar tecnicamente os juízes. Com isso surgiu o modelo técnico-burocrático com juízes melhor preparados e essencialmente carreiristas, de forma verticalizada. No entanto, continuou com outras falhas comuns ao mode-

lo anterior; dentre elas a falta de independência que permaneceu ocorrendo, na melhor das hipóteses, apenas internamente.

Como já constatamos, o modelo técnico-burocrático é caracterizado por uma seleção técnica forte, mediante concurso. É melhor que o empírico-primitivo, pois através do concurso são escolhidos os melhores candidatos. Além disso estimula a superação, a elevação dos níveis de cultura jurídica nacional.

Contudo, tem o defeito de se restringir a isso. Não é acompanhado de reformas que possam democratizar toda sua estrutura judiciária. O concurso é o primeiro passo, mas não o único.

A criação deste modelo, por si só, propiciou a quebra de uma dependência externa do Judiciário. No entanto, ocorreu uma verticalização exagerada de sua estrutura o que instituiu, ou no menos, aumentou a dependência interna dos juizes às cúpulas.

O caso espanhol demonstra que um Judiciário baseado apenas em concursos e sob:

“.... uma rígida verticalização, é possível montar uma estrutura judiciária que passe com relativa indiferença de uma democracia a uma ditadura e vice-versa, isto é, que constitui um dos melhores exemplos da absoluta inutilidade política do modelo técnico-burocrático” (*Zaffaroni*, 1995, p. 155).

Além disso, esse modelo favorece a criação ou reforço do entendimento mitológico, que no Brasil é perene, de que o juiz é neutro, apolítico, “asséptico”. Segundo este paradigma o juiz é semi-divino, pois tem de se posicionar acima dos conflitos que dirime. Essa idéia estimula uma deterioração da identidade pessoal do juiz. Quando sabemos, como já analisamos no início, isso é impossível. O ser humano, e o magistrado o é, não é superior a nenhum outro; desse modo sempre tem uma ideologia, aliás, deve tê-la. Tanto que a tentativa de fazer o juiz neutro é um posicionamento ideológico-político, sendo um produto de manipulação.

Portanto, este modelo é interessante à medida que propicia um meio democrático de investidura na magistratura. Mas quando não há democratização de toda estrutura isso se torna ineficaz, pois é necessário existir independência funcional externa e interna.

No Brasil, é este o modelo vigente, onde a tendência de verticalizar a estrutura judiciária tem sido maximizada de forma a ser melhor controlada externa e internamente. O resultado não poderia ser outro: cúpulas hierarquicamente fortes e politicamente fracas, como quisera o Executivo.

1.4.3 — *Democrático-contemporâneo*

Para se acabar com o quadro descrito no tópico anterior, é necessário, em primeiro lugar, se decompor o poder formal das cúpulas. Pode ser amenizado com a criação do Conselho Judiciário que é uma das novidades responsáveis pelo sucesso do modelo democrático. Ele, basicamente, “evita o corporativismo judicial e impede que um só setor hierárquico da magistratura absorva o poder de controlar os destinos do aparelho judiciário” (Zaffaroni, 1995, p. 182).

Não acreditamos que o modelo democrático esteja pronto e acabado. Sabemos que a democracia, assim como a sociedade, estão em completa evolução e que não existe verdade absoluta em ciências sociais. Mas:

“o governo pluralístico, o voto igualitário de todos os juizes para participarem no governo, a desierarquização administrativa dos colegiados, formas de participação direta da cidadania, publicidade das atuações, oralidade, supressão dos segredos, pluralização de nomeação para o tribunal constitucional, etc. são todas medidas que tendem a impedir que o poder burocrático se desdobre por inércia e que os objetivos deste substituam os próprios das funções judiciárias” (Zaffaroni, 1995, p. 170).

São características essenciais ao Poder Judiciário nesse modelo:

— não há hierarquia neste poder e sim distribuição de competências; distribuição da função de controle interno a um órgão democrático (Conselho); a forma de escolha dos membros deste conselho é fundamental para denotar o grau de sua democratização; para garantir sua independência e conseqüente imparcialidade é de bom alvitre integrá-lo pluralisticamente, mediante a participação proporcional de todos setores da magistratura; ser cobrada uma alta qualidade técnica de seus membros; publicidade; seu recrutamento deve reforçar a seleção técnica por concurso; composição pluralística da banca examinadora (juizes, Ministério Público, advogados, professores universitários); as escolas superiores da magistratura devem ser estimuladas como complementares à formação jurídica e não substituidoras das universidades.

O modelo democrático-contemporâneo nada mais é que a horizontalização do Judiciário, permitindo que o juiz atue com independência, sem se preocupar com as simpatias ou animosidades do segundo grau da jurisdição. É neste sentido que os juizes, neste modelo, só podem ser responsabilizados juridicamente e não em termos políticos.

Para alcançarmos esta estrutura, basta predisposição política. Sua formação não é impossível de realizar-se, cuja prova é sua implementação nos países europeus.

2 — Crise da justiça brasileira

O sistema jurídico brasileiro encontra-se encravado em um modelo dogmático-legalista que privilegia a lei como sinônima de ordem. Reduz o direito à expressão estatal: este é a fonte daquele. Fora da lei (esta sempre entendida em sentido estrito) o mundo está condenado à anarquia. Dentro deste contexto o magistrado é aquele que deve aplicar normas a casos concretos.

No entanto, este modo de encarar o mundo jurídico, há muito não convence e deixou de ser unânime. Há uma reflexão sobre o papel do Judiciário frente a uma explosão de litigiosidade, com os interesses coletivos e difusos em voga.

Nesse quadro é evidente a crise da justiça brasileira, sendo lugar comum em vários trabalhos acadêmicos jurídicos. Aquela já deixou de cumprir seu papel de resolver litígios, pelo menos exclusivamente, pois novas formas de solucioná-los surgiram. Tornou-se onerosa, de difícil acesso, complexa e morosa. Já não cumpre o valor que tem seu mesmo nome: justiça.

Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha perante a população com relação ao Judiciário, demonstra o quanto este está desacreditado. Foi publicada, em 12/03/94 indicando que 35% dos brasileiros entrevistados avaliam o Judiciário como regular, 28% como ruim e péssimo e só 26% como ótimo ou bom. Em outra pesquisa, constatou-se que apenas 33% dos entrevistados procuram o Judiciário para compor seus conflitos, o que só vem corroborar o fracasso em seu papel.

A Constituição de 1988, como as demais constituições contemporâneas, tentou realizar uma justiça mais eficiente e menos burocrática, com a mudança de seu perfil. Entretanto, até o momento estas reformas têm se demonstrado infrutíferas.

É preciso analisar, inobstante, que destes momentos adversos geralmente surgem motivos subjetivos ensejadores de uma mudança. Mas, como primeiro passo, é fundamental diagnosticarmos a crise, levantar seus vários aspectos, para depois sugerirmos mudanças.

Enquadramos as dificuldades da Justiça brasileira em quatro grandes grupos, basicamente: crise estrutural, institucional, de mentalidade e dos seus mecanismos de controle.

2.1 — Crise estrutural

A estrutura do Poder Judiciário Nacional foi criada para uma realidade do séc. XVIII e ainda não houve reformas substanciais que lhe garantisse adaptar-se à nova temática de conflitos, que são os ditos sociais, difusos, individuais homogêneos...

A avalanche de processos cresce a cada dia e ganha a forma de "bola de neve", pois ano após ano aumenta a quantidade de lides iniciadas e é menor, proporcionalmente, o número delas julgadas. Com isso, o número de excedentes só se multiplica.

Desse modo, o principal sintoma que constata sua mazela é a morosidade, quando sabemos que a simples e única demora na solução dos conflitos traduz-se em injustiça, tendo em vista todos os traumas que daí derivam, chegando alguns processos a ter sentenças totalmente ineficazes, por inexistência do objeto.

Iremos refletir três pontos de estrangulamento da armadura judiciária.

2.1.1 — *Quantidade e método seletivo de juízes; formalismo jurídico brasileiro e custas*

A proporção juiz/habitante no Brasil chega a ser vergonhosa, e que, *de per si*, transforma-se em motivo de atravancamento judicial. O Ministro do STF, Carlos Mário da Silva Velloso, em estudo publicado em 1991, afirma que:

“considerando o total de 7.817 cargos, temos um cargo para cerca de 19.200 habitantes. Como, entretanto, estão providos 5.984 cargos, a relação é de um juiz para cerca de 25.100 habitantes. Enquanto isso, a justiça alemã contava em 1981 com 15.532 juízes, dos quais 12.019 na jurisdição ordinária, para uma população aproximada de 60 milhões de habitantes. Tem-se, pois, na Alemanha Federal um cargo de juiz para cerca de 3.863 habitantes. No Nordeste a situação ainda é pior: com 1.497 cargos de juiz de direito, tem providos 1.129 e vagos 368, ou seja, 24,58% de vacância. Com uma população de 42.574.502 habitantes, há uma relação de 28.440 habitantes por cargo de juiz criado e de 37.710 habitantes, por juiz de direito em exercício” (Velloso, 1991, pp. 217-218).

Portanto, além da quantidade de cargos ser ínfima, ainda temos cerca de 23,5% não preenchidos, o que só vem agravar a situação.

Outro dado importante, dentro deste tópico, a ser abordado, é a fraca formação e experiência dos juízes pátrios. Estas têm de ser complementadas através de cursos de aperfeiçoamento e das escolas da magistratura, tanto no lado técnico quanto na conscientização dos juízes em seu papel de arquitetos sociais. É necessário privilegiar a qualidade.

O Brasil segue o modelo jurídico francês-napoleônico que coloca a lei como principal fonte do direito. Com isso temos hoje milhares de leis editadas, em que até o mais experiente jurista apresenta dificuldades de hermenêutica, ou de localizar qual norma vigente se aplica em determinado assunto.

Apesar dos sensíveis avanços normativos, principalmente sob a égide da atual Constituição Federal, que potencializaram a defesa dos direitos individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos (Código de Defesa do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Complementar que regulamenta o procedimento desapropriatório, Lei dos Juizados Cíveis e Criminais etc.), percebe-se um sistema confuso, formalista em excesso, e, em alguns casos (muitos, aliás), uma total inefi-

cácia material, por sua distância da realidade. Nosso Código Civil, dando apenas um exemplo, continua regulando relações de um modo “medieval”, sem atender a um mínimo de interesses do ser humano envolvido na lide, e nosso Legislativo não providenciaria alterá-lo, sem ouvir os anseios sociais. Portanto, muito ainda há por ser feito neste mister.

No mesmo passo, um formalismo exacerbado ganhou espaço e dominou a estrutura jurídica nacional. Não queremos fazer apologia à extinção da forma, mas que esta seja usada na produção de justiça, através da garantia de segurança jurídica. Desse modo, a própria legislação, com um sistema recursal exagerado e procedimentos expletivos, são formas de permitir pedidos protelatórios, despachos procrastinatórios, que tornam ainda mais lenta a produção judicial.

No final de 1994 e de 1995 foram introduzidas alterações no processo civil brasileiro, mas que, na verdade, têm características paliativas, e que não traduzem ganhos reais.

Torna-se salutar a realização de mudanças amplas na legislação brasileira, para que sejam renovados os princípios e objetivos da Justiça nacional, que esta volte a cumprir seu papel de reconstrução social.

Além de lento e amplamente estratificado, o órgão jurisdicional brasileiro é caro, corrigindo: “dispendiosíssimo”. E o pior: não oferece o retorno adequado, tendo em vista as dificuldades de implementação. A relação custo/benefício fica completamente desequilibrada.

Cada ato ou termo processual tem sua despesa equivalente: petições iniciais, adendos, intimações, recursos etc. Se não houver o preparo correspondente o segundo grau da jurisdição, princípio básico de nosso sistema jurídico — que fortifica a ampla defesa e o contraditório —, não se movimenta.

Isso dificulta sobremaneira o acesso da população periférica à justiça. O Judiciário, que tem por função precípua dirimir conflitos sociais, vem se afastando progressivamente das classes menos abastadas, descumprindo o princípio constitucional que lhe impõe o dever de atender a toda lesão ou ameaça de lesão a direitos (art. 5º, XXXV).

2.2 — Crise institucional

A crise institucional deriva da nova postura do Judiciário no quadro político-organizacional dado pela Constituição de 1988.

Como analisamos em 1.2, a doutrina da separação dos poderes tal como foi inicialmente propagada já não encontra adesão. O que existe hoje, confirmando *Montesquieu*, é uma divisão de funções, e esta consolidou-se em nossa Carta Política vigente, ganhando *status* de cláusula pétrea. Em derivação a este quadro ficou evidente a mútua fiscalização entre os poderes de Estado de modo a garantir e ratificar o Estado Democrático de Direito. Atualmente nenhum daqueles se restrin-

ge a um único campo de ação: o Executivo não só cumpre as leis, como as cria (medidas provisórias), como julga (processo administrativo); o Legislativo não só edita leis, como fiscaliza as ações do Executivo e as contas deste e do Judiciário (Tribunal de Contas); o Judiciário não só julga, como legisla (regimentos internos), como se auto-administra. Por fim e como ponto de concentração a Constituição Federal conferiu à Justiça a mediação e controle político entre os poderes; e esta é a razão de sua crise institucional.

Com a série de novos princípios e institutos criados com a atual Carta Magna, o Judiciário poderia atuar eficazmente no desenvolvimento social, na diminuição de mazelas econômicas, entretanto ainda não descobriu (pior: não assumiu!) seu verdadeiro papel. Isso se não revertido imediatamente, pode provocar um grave desequilíbrio entre os poderes estatais.

Portanto, esta crise se concretiza em face da omissão judiciária diante da corrupção descarada dos demais poderes, ofensa a direitos e princípios constitucionais; à falta de fiscalização do poder discricionário do Executivo, ou seja, os abusos a este peculiares. Resumindo: falta ao Judiciário cumprir a Constituição.

2.3 — Crise de mentalidade

O apego a um formalismo descabido impede o Judiciário de avançar com a sociedade e a Constituição. Propicia que seus membros fiquem trancados em seus gabinetes, distantes dos fatos sociais. Isso somado à hierarquização de seus quadros, além da ausência de um controle adequado de suas atividades, formam a chamada crise de mentalidade.

O juiz moderno ainda se encontra preso a um obscurantismo dogmático, que na verdade é herança do positivismo jurídico desenvolvido no século dezanove, sem se preocupar com a produção de Justiça, que o impede de assumir seu escopo político, considerando-se um mero exegeta, não podendo se inserir na seara dos outros poderes, com valores ultrapassados, corporativista, tudo alimentado por uma formação jurídica tradicional. E só podemos almejar alterar a realidade ao nosso redor se a mudança já tiver pelo menos se iniciado dentro de cada um.

Nesse contexto, as universidades, o labor acadêmico, há muito perderam seu caráter revolucionário e se transformaram em defensores do *status quo*. A vocação política dos cursos de Direito encontra-se em estado de letargia, o culto à idéia de neutralidade ideológica está em seu ápice. Nem as questões relativas a seus interesses estudantis lhes chamam atenção. O que se pretende é a formação do profissional apto à absorção ao mercado de trabalho e a fazer dinheiro com a profissão. Não existe mais o curso de Direito, mas de legislação. As aulas e estudos se resumem à análise de normas vigentes, sem a preocupação de sua implicação política, social ou econômica. As disciplinas básicas e formadoras de um conceito interdisciplinar de direito, como filosofia, economia, psicologia etc. são crescentemente desprezadas e vêm ganhando força, movimentos para sua exclusão curricular.

Quando deveriam estar voltadas para uma escala de valores bem mais elevados, onde a justiça seria o topo, e uma sociedade igualitária o escopo.

Como se não bastasse a apatia de quem tradicionalmente apresenta vontade de mudança, temos o conservadorismo e corporativismo dos magistrados brasileiros e o que é pior, tanto quanto os de segundo grau são os de primeira instância. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo — IDESP —, frente nossos juizes, para demonstrar a visão destes diante da chamada crise do Judiciário, é possível chegar à conclusão acima referida.

Foram entrevistados 20% dos juizes de cinco Estados da Federação. Desse total 22,5% admitiam totalmente a existência de crise do Judiciário, e parcialmente 54,4% dos entrevistados, enquanto 20,5% não reconhecem essa situação. Todavia, estes que pensam na crise parcial da Justiça brasileira indicam como suas maiores causas problemas externos à instituição que por internos, são problemas em que é baixo ou inexistente o controle ou responsabilidade por parte dos juizes, como exemplo: falta de recursos materiais e as referentes à legislação processual e procedimental.

Também, no que se refere a apontar motivos ensejadores da morosidade da Justiça, estão na mesma linha: decorrem de fatores sobre os quais eles não têm envolvimento. Mas um Judiciário rápido e eficaz faz parte da pauta de aperfeiçoamento deste, e como sugestões os juizes propõem: a informatização, a redução das formalidades processuais e a implantação dos juzados especiais de pequenas causas. As que se referem a vias extrajudiciais de resolução de conflitos não são muito bem recebidas pelos magistrados, o que confirma o resultado das duas outras perguntas, de que provavelmente representam uma ameaça ao monopólio da decisão judicial conferidos àqueles.

Portanto, fica claro o corporativismo dos juizes entrevistados, pois “tanto as causas do mau funcionamento quanto as propostas de reforma do Judiciário incidem em fatores sobre os quais a magistratura tem pouco ou nenhum controle” (*Sudek*, 1994, p. 45), o que também demonstra sua intenção em não imiscuir-se, aliás, retirar-se, mesmo, do assunto.

Discordamos totalmente do ponto de vista de nossos magistrados. É evidente a inoperância de nosso Judiciário, também pelos motivos que aqueles elencam, mas não só. Apenas alguém descomprometido com a Justiça pode não enxergar isso. Achamos, inclusive, como vários insígnies juristas pátrios, que o principal motivo da estagnação judiciária é a imaturidade jurídica dos juizes, ou seja, exatamente o que foi abordado neste tópico: a sua crise de mentalidade. De nada adianta realizar-se mudança na estrutura, alterações legislativas, eliminação das custas, informatização... se não ocorrer modificações na forma de encarar o Direito por parte dos operadores jurídicos. Seria igual, como diz *Lassale*, à Constituição que não apresenta condições materiais para sua implementação: é letra morta. Ao contrário, se, antes de reformas estruturais, ocorrer uma revolução mental aquela será mais facilmente concretizada.

2.4 — Crise da fiscalização sobre o judiciário

A razão de ser do Poder Judiciário é o seu crédito social. A jurisdição pode até existir sem esse, no sentido positivo-formal, no sentido de leis promulgadas; mas não poderemos, em faltando aquele, falar em jurisdição no sentido sociológico.

Um dos principais problemas que cercam o Judiciário é seu distanciamento da sociedade (é o menos conhecido dos Poderes da República), o acesso à Justiça é desigual e injusto com o pobre, os processos são lentos e burocratizados, não tem visão de melhoria de suas estruturas, tudo levando a uma falta de legitimidade.

O Judiciário moderno, como já foi exaustivamente afirmado no decorrer deste trabalho, tem assumido novas funções que são relevantíssimas. E para manter seu prestígio é necessário implementar um controle de suas atividades. Na estrutura de um Estado Democrático e Constitucional não cabe um Poder sem controle ou fiscalização, é da sua própria natureza.

É certo que o Judiciário tem suas formas de fiscalização, algumas antigas outras mais recentes, mas todas de um modo indireto, facilitando o corporativismo, que não evidencia uma higidez institucional. São eles, basicamente:

Controle correicional, controle disciplinar, controle normativo e controle da gestão orçamentária e financeira.

Além das formas já referidas de fiscalização e aumento de qualidade das atividades do Judiciário, temos formas indiretas de realizá-lo. Por exemplo: cursos de aperfeiçoamento para contribuir na criação de uma nova mentalidade jurídica; informatização de seus serviços; especialização das varas etc.

Portanto, ao contrário do que possa parecer, a Constituição estabeleceu critérios de disciplina e punição dos membros do Judiciário, além de controles sobre sua estrutura.

E isto tem sido utilizado como argumento contrário ao controle externo, pelos seus opositores, tentando demonstrar a desnecessidade daquele ante tantas formas de controle já existentes.

Inobstante estes argumentos, trata-se de salutar importância perceber-se o quadro político-jurídico do Brasil. Estamos em um Estado Democrático de Direito, em que a população é o principal agente e que detém o controle político. Nesse sentido, nenhum poder pode fugir à sua fiscalização. Principalmente o Judiciário que tem o dever de exigir, garantir, cumprir a correta aplicação de normas jurídicas, do ordenamento jurídico criado pelos Poderes Legislativo e Executivo, propiciando equilíbrio entre os poderes do Estado, pois “por ser um poder, não pode ficar apenas na posição subalterna de obediência a comandos emitidos pelos demais poderes” (Cintra Junior, 1992, p. 47).

Dentro da realidade atual brasileira todas aquelas formas de controle do Judiciário têm se mostrado ineficazes, fazendo surgir a imagem divina da Justiça, quando tem o dever de ser o poder mais próximo das angústias e problemas da população.

3 — *Elementos de uma reforma do judiciário*

Nossa intenção na descrição do quadro acima não foi a de sermos pessimistas ou cépticos quanto ao futuro da Justiça brasileira. Foi senão demonstrar a falência da atual estrutura, mas, do mesmo modo, deixar transparente a possibilidade de revertê-la. Alguns fatores dessas mudanças já sentidas são provocadas, principalmente, pelos juízes de primeira instância que, por serem mais jovens, são mais conscientes de suas funções (na verdade são eles que criam o direito). Entre elas elencamos algumas:

— consciência de seu poder normativo, pois, ao aplicar a lei, necessita de hermenêutica e esta sempre deixa um grau de discricionariedade, logo de criatividade; a mesclagem da racionalidade formal com a racionalidade material; a teoria da argumentação se transforma em estratégia de superação do dedutivismo lógico-formal; a evolução de um contraditório rigorosamente bilateral para difuso; a ampliação da idéia de jurisdição, que antes se restringia à prolação da sentença, hoje se expande à participação do magistrado na concretização de suas decisões; o aumento do poder da jurisprudência; preferência aos métodos conciliatórios nos conflitos coletivos, pois propiciam uma autonomia nas suas atividades.

Como já refletimos em outros momentos, o Judiciário, preso a sua visão de mundo normativo e formalista, não exige do Executivo o cumprimento de suas funções, nem tenta evitar a degradação de seus serviços essenciais, não se dando conta que através da aplicação dos direitos humanos e sociais propiciaria um aperfeiçoamento do processo político, cultural e econômico do país.

Logo percebemos, no entanto, que essas mudanças são importantes, mas não suficientes. Por exemplo: há necessidade de potencializar o acesso ao Judiciário, fazer de suas decisões Justiça, aumentar a produção etc.

Com isso, pretendemos oferecer sugestões à discussão sobre a formação de um renovado Judiciário, voltado a cumprir seus objetivos.

3.1 — *Facilitação do acesso à Justiça*

A dificuldade do acesso à jurisdição não tem causa apenas em seu alto custo. Pois “a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estado social a que pertencem e que essa distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais” (Santos, 1989, p. 48). Em primeiro lugar por uma tendência a conhecer menos seus direitos; depois por ter um ciclo de amizades em que dificilmente se encontra um advogado; além disso tem menos disposição a interpor uma ação, devido à baixa confiança no órgão jurisdicional estatal.

O movimento de acesso à Justiça, em voga atualmente, traz, exatamente, à baila, a idéia de que a lei é dinâmica, aliás, deve ser; os códigos são feitos para uma

dada realidade histórico-social e o juiz, ao aplicá-los ao caso concreto, deve levar isso em consideração juntamente com os anseios de justiça daquele momento.

O principal princípio que deve ser levado à prática no julgamento é o da igualdade. E consiste não em tratar igualmente a todos, da mesma forma. É exatamente o contrário! Os iguais devem ser tratados igualmente. Os desiguais, desigualmente. Desse modo, retirando as diferenças que favorecem alguns em detrimento de outros. Assim, devem julgar, os juízes, com o objetivo de erradicar a pobreza e construir uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º da CF).

Já que nem sempre percebe-se a aplicação desse princípio, poucos são os que procuram a Justiça para resolver seus conflitos. Vários procuram meios alternativos (arbitragem, conciliação etc.), para dirimi-los. Poucos acreditam no Poder Judiciário. Sessenta e dois vírgula oito por cento (62,8%) da população apresenta descrédito em relação a este órgão, conforme pesquisa do Instituto *Gallup*, comentada em artigo do Professor e Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa (*Castro e Costa*, 1995, p. 39).

Nesse mister, abordaremos, neste tópico, três pontos: a desburocratização processual, estendida à sua máxima abrangência; a instituição dos juizados especiais de pequenas causas, a chamada Justiça do futuro; e por fim, a polêmica discussão sobre a vinculação das decisões sobre constitucionalidade de leis (em sentido amplo) às súmulas do STF, onde não nos ateremos ao esgotamento teórico do tema, mas contribuir para seu amadurecimento.

3.1.1 — *Desburocratização processual*

O processo brasileiro é lento, oneroso e formal em excesso. Não cumpre sua função de satisfazer os direitos das partes, sem ferir a ampla defesa e o contraditório. É um dos pontos de deterioração da estrutura judiciária nacional. Logo, traduz-se em importante reforma a quebra da burocracia procedimental desnecessária, de modo a agilizar a prestação jurisdicional sem comprometer a qualidade de suas decisões.

Elencamos cinco pontos essenciais de reforma, que, se implementados, em muito contribuiriam para um Judiciário forte e justo.

a) Informatização dos dados — a informática, hoje, já é uma realidade e não sonho de ficção. Ela em muito vem auxiliando os vários ramos da ciência e também em atos da vida cotidiana. Seus préstimos são espetaculares e a Justiça não pode fugir ou omitir-se desta evolução. Muito já se fez, principalmente na Justiça Federal, com ela. Mas muito ainda há por fazer. Quando introduzida em todos os níveis judiciais, estaduais e federais, perceberemos a sua eficácia.

O processo será mais célere: a computação tem como aliada a rapidez. Facilitará em muito a comunicação entre entrâncias, intâncias e esferas judiciais, além das instituições essenciais ao funcionamento da justiça: Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil sobretudo. Propiciará pesquisas rápidas, simples e acessíveis aos operadores jurídicos em relação à matéria-prima de suas produções: jurisprudência.

Portanto, está evidenciado o ganho que advirá da informatização dos dados no funcionamento do Judiciário, com agilidade e eficácia.

b) Reforma legislativa — referimo-nos, em 2.1.2, à completa miscelânea legislativa em que se encontra nosso sistema jurídico. A quantidade de leis existentes, o formalismo sem consequência, sem atender às necessidades, tudo isso leva a exigir mudança na estrutura normativa vigente. Sabemos das dificuldades na execução desta, até pelo processo legislativo complexo. Entretanto, se escolhidos os vertentes corretos, por menores que sejam as reformas implementadas, a melhora vai ser percebida. Por exemplo: nosso sistema recursal é extremamente estimulante a pedidos procrastinatórios. Uma reformulação do sistema recursal brasileiro se acha urgente, mantendo a ampla defesa, mas priorizando justiça; vários códigos (civil e comercial sobretudo) e leis extravagantes se encontram obsoletos. O ideal é a edição de novas normas de modo a atender à realidade fática. Mas, elegendo as processuais, propiciaremos uma agilidade no atendimento judicial.

c) Regionalização das leis processuais — esta requisição poderia acoplar-se à anterior. No entanto, devido à importância que lhe atribuímos, preferimos tratá-la separadamente. É uma proposta do juiz José Renato Nalini, em vários de seus textos sobre a reforma judicial no Brasil. Resume-se em deixar-se a iniciativa de leis processuais e procedimentais aos Tribunais de Justiça estaduais, com aprovação das Assembléias Legislativas respectivas, obviamente. Isto se explica devido à característica continental do Brasil e, em consequência, divergências econômicas, sociais e culturais. Logo, cada estado da Federação teria suas normas processuais, de acordo com sua realidade local. Portanto, cientes de suas necessidades, privilegiaria a resolução de suas deficiências.

d) Especialização — a ciência moderna caracteriza-se pela divisão, cada vez mais acentuada, de seus diversos ramos, surgindo, nesse desiderato, especialistas em áreas do saber sempre mais compartimentalizado. O Direito, também tem suas subdivisões, onde vem surgindo novos ramos, com a repartição de alguns até pouco tempo unificados. E esta tendência científica vem trazendo bons frutos à Justiça de alguns Estados, como São Paulo, onde a especialização de várias varas vem aumentando a produtividade e de conhecimentos de tal área etc. Achamos ser uma resposta correta em seções judiciárias de grande quantidade de processos. Elevaria o volume

de lides julgadas, facilitaria a escolha dos procedimentos cabíveis, estimularia o amadurecimento técnico-científico do tema.

e) Eliminação das custas — em 2.1.3 evidenciamos o prejuízo provocado pela cobrança de taxas judiciárias ao acesso à Justiça. Além do mais não paga nem a mão-de-obra e matéria-prima despendidos para cobrá-las, o que por si só deixa transparente sua desnecessidade.

Estudos revelam que a vitimização é tripla das classes populares, em termos econômicos, na utilização do Judiciário. Em primeiro lugar ela é proporcionalmente mais cara para os cidadãos economicamente mais débeis; além disso eles são interessados nas questões de menor valor e é nessas que a Justiça é mais cara. Por fim, a lentidão dos processos, característica da crise deste poder, é convertido facilmente em um custo adicional, sendo este mais gravoso para os cidadãos de menos recursos.

A eliminação das custas deve ser estendida à quebra do monopólio da capacidade postulatória por parte do advogado, principalmente em pequenas disputas. Não queremos a exclusão daquele dos processos. Somos cientes de sua importância na produção de justiça, sendo, inclusive, operador jurídico de relevância desmedida. O que defendemos é que seja facultativa sua participação em procedimentos mais simples e sumários, de modo a facilitar os menos favorecidos.

Não serve ao Judiciário atender apenas aos abastados, excluindo dos mais pobres e miseráveis a possibilidade de acesso ao Judiciário, pois são esses que possuem a grande maioria de conflitos e aos juízes cabe administrá-los.

3.1.2 — Juizados especiais cíveis e criminais

No mundo hodierno, com o crescimento da população e a maior complexidade da vida social, os conflitos de interesses se avolumaram. Por isso é necessário se retirar dos tribunais a exclusividade na solução daqueles. A Justiça comum já não atende às necessidades sociais.

Com isso tornou-se premente a criação de uma Justiça especializada, com um procedimento simplificado, organização própria, de modo a resolver os litígios de maior quantidade e menor complexidade. Nesse sentido, a Constituição atual estabeleceu a necessidade de instituir, por lei, os juizados especiais cíveis e criminais.

E a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, cria os mesmos de modo a atender causas cíveis de menor complexidade e criminais de menor potencial ofensivo. Trouxe, ainda, institutos penais aplicáveis à Justiça comum, tais como: suspensão condicional do processo penal, exigência de representação penal nos crimes de lesões corporais leves e culposas etc., o que vem atender anseios de movimentos de reforma do Judiciário, pois a crise do sistema penitenciário está incluída na daquele. Estimula a transação penal e a composição civil extintiva da punibilidade. Ou seja,

a simplificação do processo, através da escolha de certos princípios (celeridade, economia processual, oralidade, etc), que agilizariam a maior parte dos processos atuais, que são os de menor complexidade.

A referida norma, que implementou os Juizados (Lei 9.099/95), é recheada de falhas procedimentais, contrariando, inclusive, o espírito das reformas processuais ocorridas. Mas, mesmo assim, possui um caráter extremamente relevante: traz de volta à população a confiança no Judiciário.

Nesta Justiça, como já dissemos, denominada de Justiça do futuro, o mais importante é a tentativa de acordo: conciliação na cível e a reparação do dano na penal. Ela poderá trazer de volta o prestígio e confiança ao Judiciário brasileiro que se encontra descreditado e cheio de falhas. Dentro do estado de crise em que vivem todas as estruturas governamentais é salutar que se utilize da escolha de prioridades: e que esta seja levar justiça ao pobre, desempregado, excluído.

3.1.3 — *Vinculação às súmulas do Supremo Tribunal Federal*

Muito se tem percebido a indignação e repugnância dos magistrados e outros setores jurídicos brasileiros diante da proposta de controle externo sobre sua atividade, receando atingir a sua independência funcional, quando, na verdade, existe quase unanimidade entre seus propugnadores, de que se restringiria a uma fiscalização administrativa, sem atingir aquela, conforme veremos no próximo tópico. Entretanto, quando se ouve falar de vinculação das decisões monocráticas e inferiores que tratem de constitucionalidade de leis aos veredictos do STF, sobre tais questões não se verifica qualquer rechaço, ao contrário, percebe-se discursos de apologia. Mas, a nosso ver, isto sim representa uma ruptura da independência judicial.

A jurisprudência é uma das fontes secundárias do Direito de maior relevo. Trata-se de decisões dos tribunais sobre casos concretos, de modo a uniformizar o pensamento jurídico de determinado assunto.

Os tribunais são, hierarquicamente, superiores aos juizes de primeira instância e, apesar do respeito e reconhecimento da sabedoria e experiência que estes devem ter com relação aos nossos magistrados de segundo grau, não estão obrigados a seguir seus entendimentos jurisprudenciais. Nem poderia ser de outra forma, pois as decisões dos tribunais são produto de hermenêutica, interpretação de “homens” sobre fatos sociais e que estes evoluem muito mais rapidamente que aqueles. E isto significaria a transformação do juiz em um boneco ou máquina que tem apenas o trabalho de enquadrar o caso à decisão do órgão superior. Não seria mais juiz, seria técnico. Além disso, tem o fato de que a decisão superior vinculante foi dada para um caso concreto determinado, sem analisar todos os argumentos existentes sobre a lide, ou seja, por um decidirão um milhão. É neste sentido o entendimento do Prof. Dalmo de Abreu Dallari, em recente livro publicado:

“A par disso tudo, qualquer pessoa com alguma experiência em questões judiciais sabe que não é rara a existência de ações questionando a legalidade de um mesmo ato, mas utilizando fundamentação e argumentos completamente diferentes. Essa prática é também enriquecedora e permite que o mesmo fenômeno jurídico seja apreciado sob diferentes ângulos, o que é útil, além do mais, para evitar o risco de anulação de uma lei ou de ato normativo, às vezes com grave dano para o interesse público, a partir de uma visão apenas parcial ou mesmo equivocada” (Dallari, 1996, p. 69).

Os ganhos em produtividade serão evidentes se aprovada esta proposta de emenda constitucional. Agilizaria a prestação jurisdicional, os feitos do STF diminuiriam, as ações de inconstitucionalidade, mesmo que incidentais se restringiriam etc. No entanto, a qualidade desse aumento na produção vai ser altamente questionado, pois a justiça, dever do Judiciário, não estaria garantida e se todas as propostas de melhora do Judiciário visam a ela, esta idéia deve ser obstruída.

Ainda podemos elencar o fato de que se tal vinculação se implementar, estaremos limitando sobremaneira o acesso ao Judiciário, contrariando o princípio constitucional da inafastabilidade (art. 5º, XXXV, CF).

O Judiciário precisa retomar e redescobrir sua função social, para isso necessita se reformular, para que sua estrutura arcaica e provinciana se adeque às exigências da democracia. Entretanto, não pode cair no maniqueísmo do Legislativo e Executivo que só querem fazer dele um mero adereço de suas intenções. As propostas de emendas à Constituição, no que tange à Justiça, são, em sua maioria, destrutivas das garantias desse poder, como um órgão independente e imparcial. No que pertine à criação das súmulas vinculantes, poderíamos resolver um problema (o da morosidade) — mesmo este acho difícil ser resolvido assim —, mas criaríamos outro: a quebra da qualidade de nossas decisões, fazendo com que persistisse a descredibilidade do Judiciário perante a população.

A dita crise do Supremo, que é apenas uma “perna” da crise do Judiciário brasileiro como um todo, pode ser resolvida de modo bem mais simples, singelo e eficaz. Basta restringir-se a sua competência, exclusivamente, às questões constitucionais diretas, deixando todas as outras (indiretas, recursos, questões de Estado etc), ao Superior Tribunal de Justiça, elevando o número de seus membros.

3.2 — *Controle externo do Poder Judiciário*

Este é um dos temas mais polêmicos, dentre os que estão na pauta de discussão da reforma constitucional. Muitos são os argumentos contrários à sua implementação, mas podem ser resumidos nos seguintes: desnecessidade, tendo em vista os vários controles já existentes; ameaça à independência dos juizes; inconstitucionalidade, em razão da quebra do princípio da separação dos poderes.

Todos esses motivos são passíveis de contra-razões e demonstraremos o equívoco de seus raciocínios. Quanto ao primeiro percebe-se sua ingenuidade. Consoante vimos em 2.4, várias as formas de controle sobre o Judiciário, a bem da verdade. Todavia sua ineficácia é clara. Não adianta investir-se no que já não existe. Vários dos controles ali referidos levam ao corporativismo. Quase todos estariam reunidos nas funções do conselho que exerceria o controle externo, e com efetividade, o que é melhor.

Não haveria (não haverá, oxalá), quebra da independência dos juízes com a inauguração deste controle, pois sua fiscalização não se adstringiria à atividade jurisdicional do magistrado; seria um controle administrativo, de modo a descobrir os motivos da morosidade do Judiciário, corrupções de juízes, faltas disciplinares etc.; tudo exercido por um órgão pluralístico, conforme veremos.

Não se pode falar, também, em inconstitucionalidade. Não há quebra do princípio da separação dos poderes e, conseqüentemente, ofensa ao art. 60, § 4º, III, da CF. Pois, não haverá ingerência de um poder sobre o outro, mas será fruto, este controle, da postura assumida pelo Estado Democrático brasileiro, onde nenhum poder ou órgão estatal pode ficar sem controle. Conforme veremos não será um controle do Legislativo ou Executivo sobre o Judiciário, mas sim por um conselho democratizado e composto por alguns setores da sociedade que tenham ligação com a aplicação da justiça.

Os argumentos contrários ao controle externo, portanto, carecem de veracidade. Agora falaremos por que somos favoráveis a tal forma de fiscalização.

Antes de mais nada, é salutar asseverarmos que um controle difuso, feito por todos os cidadãos, através dos meios postos na Constituição Federal, é fundamental para o redescobrimto da importância de um Judiciário forte e eficaz.

Não é uma mera tentativa de fiscalização estanque da efetividade do Judiciário, pois, horizontalizaria este poder, democratizando-o, de modo a que evite o corporativismo (conforme, 1.4.3).

O princípio da publicidade, amplamente defendido na Carta Magna, como no art. 93, IX, no que se refere ao Poder Judiciário, se cumprido fosse já muito facilitaria a missão de democratização deste. De modo que não se justifica as sessões a portas fechadas, no que pertine a promoções de juízes. Para isso, é necessário a mudança da CF, de modo a não persistir dúvidas, restringindo as portas fechadas a certas sessões de caráter pessoal.

Antes de citarmos as razões que nos levam a ser defensores do controle externo, cabe rebater um argumento, às vezes trazido por cultuadores do mesmo. É a falta de legitimação democrática do Judiciário. Não é um tirocínio digno de elogio. A legitimação democrática pode ser decorrente do voto ou do cumprimento da lei e não só daquele. Conforme vimos no início deste trabalho, não é porque o Judiciário não tem seus membros eleitos pelo povo, que não será democrático. Comprova sua importância democrática por defender as instituições necessárias à manutenção da

própria democracia. A legitimidade democrática do Judiciário deriva de sua submissão à lei e à justiça, apenas a estas duas deve obediência.

O corporativismo tanto serviria para fundamentar o controle quanto para rejeitá-lo. No entanto, do modo como está sendo proposto, essa forma de fiscalização não assumirá essa postura.

Existe muita celeuma quanto à validade e eficácia do controle externo nos países europeus que o adotam. Inobstante, é necessário lembrar que a informação também é poder e que interesses evidentemente corporativistas têm proposto aquela imagem. Não existe país do primeiro mundo em que não haja órgão externo de fiscalização. Ainda mais: em alguns Estados, “eles” estão por trás de operações de cunho revolucionário, que realizam ações de “limpeza” de sua estrutura — Itália, por exemplo.

Como diz Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, membro da associação “Juizes para a Democracia” :

“A fiscalização que se quer é justamente sobre os órgãos internos de governo da magistratura — para provocar inclusive sua eficaz fiscalização da atividade funcional dos juízes, denunciando casos de irregularidade perante eles, clara e transparente, de maneira a evitar protecionismo corporativista — e sobre os órgãos superiores que ditam a política orientadora das atividades do Poder Judiciário, quer quanto à legalidade de seus atos, quer quanto à conveniência e oportunidade deles em termos de aprimoramento da distribuição de justiça” (*Cintra Júnior*, 1995, p. 337).

Portanto, este controle propiciaria, de forma legítima e mais ampla, a participação popular na fiscalização da atuação do Poder Judiciário.

Como já verificamos, o Judiciário, atualmente, ampliou as suas funções. Hoje é um defensor das instituições, do Estado Democrático de Direito, que garanta o equilíbrio dos poderes estatais. Nesse desiderato, não deve haver poder sem controle, pois todos tendem a abusos, e o Judiciário não pode ser diferente. Não tem função divina, apesar de agir de forma que diga o contrário. Daí a necessidade de um “Judiciário do Judiciário”, na expressão de Roberto Wanderley Nogueira (1994, p. 256). Não esquecendo de integrá-los à comunidade que é a origem de sua legitimação político-jurídica.

Esta é a fórmula (não uma varinha mágica), através da qual o Judiciário cumpriria suas funções política, jurídica e social, sem comprometer, ao contrário, reforçaria sua independência e liberdade julgadora peculiares. Pois nosso desejo é uma Justiça forte, creditada, de evidente formação ética e profissional, mas, acima de tudo, com vontade de fazer rápida e eficiente solução dos litígios.

Agora trataremos da composição do conselho que exerceria este controle. O nome é controle *externo* porque não seria composto, pelo menos exclusivamente,

por magistrados. Teria participação de outros setores e instituições da sociedade. Defendemos uma composição a mais eclética, participativa e paritária possível: juizes, membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil, professores das faculdades de Direito, com formação jurídica e humanística suficientes ao cargo. Representariam os amplos setores da sociedade e teria duração temporária, sendo renovável, periodicamente (mínimo dois, máximo quatro anos), sem ser possível a renomeação. Cada instituição, em âmbito nacional, elegeria seus membros representativos respectivos. Isso tudo de modo a evitar a dominação de grupos com interesses espúrios ou profissionalmente dependentes na prestação jurisdicional.

O Judiciário é um poder voltado para a consecução da Justiça. Não é formado apenas pelos magistrados, mas por todos os operadores jurídicos que são responsáveis por sua dinamização. Daí a necessidade de compor este órgão da forma mais eclética, de modo a democratizar o Judiciário.

Com esta constituição mista, tal conselho pode auxiliar o próprio Poder Judiciário no perfeito desenvolvimento de sua atividade administrativa e no melhor desempenho dos deveres funcionais de seus membros.

Só se deve tomar cuidado para que não seja realizado, tal controle, pelo Legislativo, Executivo, ou qualquer órgão não comprometido com a Justiça, por temor de se quebrar ainda mais a independência do Judiciário.

Portanto, somos favoráveis ao controle externo do Judiciário, efetivado por um conselho pluralístico formado por membros representativos de instituições que tenham ligação com a atividade jurisdicional, e que tenha por função apenas uma fiscalização administrativa do Judiciário, sem se imiscuir nos atos judiciais deste, consequentemente, sem o rompimento da independência/imparcialidade essenciais a seu exercício. Por fim, não achamos que este conselho terá um caráter salvífico da crise clamorosa em que se acha a Justiça brasileira, mas que, juntamente com todas as outras soluções propostas, reverterá esse quadro.

Essa é uma questão, como dissemos inicialmente, amplamente discutida. É sabido que muitos de seus opositores lhe apresentam argumentos negativos por convicção ideológica, ou seja, por boa-fé. No entanto, é facilmente constatável, que a grande maioria dos antagônicos ao controle externo o são por má-fé, por puro casuismo, para manutenção de seus privilégios.

3.3 — *Mudança de postura dos operadores jurídicos*

Esta é a reforma mais importante, conforme demonstramos alhures.

Hoje, mais que nunca, está evidenciado que a neutralidade judicial não existe, e que o magistrado não é um puro lógico, ou uma simples máquina decodificadora. Tudo isso demonstra que o juiz, para fielmente cumprir sua função, não pode se adstringir à técnica e sim deve dotar-se de conhecimentos econômicos, culturais e sociológicos.

O processo é o instrumento através do qual o Estado exerce o poder, função e atividade de dirimir conflitos. E a doutrina tradicional estabelece, basicamente, cinco poderes que o magistrado possui no exercício de seu papel.

O primeiro é o poder de controle e fiscalização do processo, onde o juiz deve manter a ordem do mesmo. O segundo é o de ordenação que se refere ao poder do juiz de movimentar e velar pela rápida solução dos litígios. O terceiro é o de instrução probatória, em que o magistrado fixa o objeto da prova, defere ou indefere as que forem requeridas pelas partes e controla a sua produção, que visa à busca da verdade dos fatos. O quarto poder é o decisório, que consiste em emitir um juízo deliberativo coativo, sem a necessidade de submeter-se a qualquer decisão anterior, inclusive o de julgar conforme o estado do processo. Por fim, como quinto poder, temos o executório, pois circunscreve-se a realizar o direito na experiência, ou seja, o juiz põe em prática o que foi definido na decisão judicial.

Se o juiz efetivar esses poderes em prol da prestação da justiça e não com motivos pessoais, poderá e muito contribuir na reforma do Judiciário.

Não adianta os demais operadores jurídicos estarem conscientes de que o Judiciário precisa ser mais célere, eficiente e acessível, se os juízes não estiverem. Isto porque já não cabe a imagem do juiz de gabinete, neutro, distante do fato social, onde sua missão acabaria em sua decisão nos autos.

O juiz, perante certos problemas ou instituições tradicionais, necessita portar-se de forma revolucionária. Por exemplo, com relação à pobreza e à miséria, quando estes já ocupam mais de um terço de nossa população, o magistrado deve indagar-se sobre sua função, se ele está permitindo uma melhoria à situação ou se está sendo fator ainda maior de aflição. Quanto à família o juiz deve perceber o momento histórico em que vive e desfazer-se de uma visão conservadora e preconceituosa. Quanto ao Direito Penal, deve lembrar-se da destruição do sistema penitenciário e priorizar as penas alternativas. Apesar de uma formação axiológica do séc. XVIII, deve acordar para o séc. XXI.

Para inverter essa situação é necessário o juiz sentir-se responsável pela produção de justiça, ou seja, otimizar a Justiça. Tendo em vista que nosso Judiciário tem uma estrutura voltada para épocas medievais, com arcaísmos evidentes. Pois se assim não proceder, perderá sua função de apaziguadora de conflitos. Em primeiro lugar urge perceber, o juiz, que a relação Estado-sociedade é outra, o cidadão é bem mais participativo e fiscalizador.

Nesse contexto lógico-burguês os juízes eram, quase sempre, reduzidos à condição de funcionários especiais do Estado, sem a característica de poder político. Porém, muito mais que a magistratura atual, as escolas jurídicas, as universidades, têm de atualizar-se, não se transformar em repetidores das leis vigentes, mas buscar na interdisciplinariedade uma abertura para que os cursos de Direito desçam do pedestal e de sua postura auto-suficiente e procure o apoio das outras ciências humanas na formação de um conceito multidisciplinar. Que os alunos possam resgatar sua origem política e reviver o período em que lutavam por uma sociedade livre

e igualitária. Que se deixe de realizar o chamado “pacto de mediocridade”, em que os alunos fingem que aprendem e os professores que ensinam. Que estes priorizem uma formação axiológica, humanística dos estudantes, não na prática rotineira de repetição do direito legislado vigente. Em síntese: que a democratização chegue ao ensino jurídico e que a partir daí se lute por um Judiciário que pratique justiça.

Neste mesmo aspecto, torna-se relevantíssimo e de real necessidade a propagação das escolas da magistratura. Estas são de fundamental importância no processo de formação dos juízes, que vem sendo questionado no decorrer dos últimos tempos. Deve-se escolher como meta principal nos cursos de aperfeiçoamento para juízes feitos por aquela, o estímulo a uma formação moral e ética, além do amadurecimento de questões técnicas, principalmente as relativas a assuntos novos e complexos. Entretanto, não se pode querer substituir a faculdade pela escola da magistratura. Esta deve ser apenas um complemento àquela, com questões a ela específicas, evitando desse modo o aumento da soberba característica às profissões jurídicas, pois, apesar de sua importância, não há justificativa para seu elitismo. O que facilmente ocorrerá caso a escola da magistratura continue na tentativa de assumir o lugar dos cursos jurídicos.

Ainda analisando especificamente a função de julgar, gostaríamos de afirmar que em muito aumentaria o crédito do Judiciário, se o juiz cumprisse a regra do art. 440 do CPC, em que dispõe da inspeção judicial. Se o juiz se empenhasse pessoalmente em conhecer o local e/ou pessoas, circunstâncias em que vivem etc. que façam parte do contexto do litígio, teria mais fundamentos teóricos/práticos/fáticos para dar a decisão ao caso concreto. Daria mais confiança às partes em conflito. Traria mais credibilidade e estabilidade à resolução da lide. Portanto, apesar da aparente e imediata perda de tempo, os ganhos com a produção de justiça serão transparentes.

Como dissemos no início, a mudança de mentalidade do juiz é salutar para a transformação do Judiciário. Mas não basta. É necessário que todos os operadores jurídicos se envolvam na causa, que se imiscuam na busca de uma Justiça independente, forte, transparente, consciente de sua função política e social. O Ministério Público, mesmo com a falta de unanimidade sob tal aspecto, se apartou do Executivo com a CF/88. Assumiu a função de resguardar o cumprimento da lei e garantir a reprodução da justiça. Não defende os interesses do Estado, mas da coletividade, os interesses individuais homogêneos etc. Deve buscar a verdade real. Com isso, em cumprindo seu papel, o Ministério Público tem condições de contribuir na reconstrução nacional por completo e não só do Judiciário.

Os advogados são essenciais ao funcionamento da Justiça. Atualmente atua como um termômetro das aflições populares que reflete no Judiciário. Se a OAB agir de modo a traduzir reformas no Judiciário, poderá garantir a expressão de vários setores da sociedade. Mas se quiser se manter do modo como está, permitirá a permanência de um corporativismo exagerado, onde se anulará na continuação de seus privilégios de classe:

“A modificação institucional significa um revolver da consciência do operador jurídico. Desde que resguardada a identidade da magistratura é salutar a sua renovação, atualização, adequação aos novos conceitos técnicos e principalmente axiológicos” (Nalini, 1994, p. 32).

É necessário que tomemos o lugar de quem procura o serviço público judicial, assumindo suas angústias e preocupações. A partir daí será mais fácil compreender a politização e socialização crescentes do Judiciário.

O juiz é membro nomeado do Poder Judiciário e assume deveres funcionais, vários dentre estes atêm-se ao acesso à Justiça. Assim, basta ao juiz cumprir com seus deveres para garantir o ingresso de todos ao Judiciário.

“Sob a ponte da Justiça passam todas as dores, todas as misérias, todas as aberrações, todas as opiniões políticas, todos os interesses sociais. E seria de desejar fosse o juiz capaz de reviver em si, para os compreender, cada um destes sentimentos” (Velloso, 1993, p. 230).

Sabemos que não depende apenas do juiz e dos outros operadores jurídicos a revolução do Judiciário. Mas a mudança de mentalidade destes e, na escolha de suas prioridades ser posta a Justiça como principal, já será um grande passo na efetivação daquela.

Conclusão

O Judiciário brasileiro está como um zumbi: a grande maioria constata sua morte, mas age como se nada estivesse acontecendo. Daí a comprovação de seu estado de crise, tal como sugere Gramsci (crise significa que o velho já morreu e o novo, ainda não nasceu). Isso sem querer ser injusto com os movimentos internos ou externos (como a associação “Juizes para a Democracia”, ou o grupo “Ética na Política” e tantos outros, ou ainda os que trabalham individualmente) à Justiça, que vem atuando na tentativa, localizada ou ampliada, de revigorá-la, demonstrando a necessidade de envolvimento de todos e da possibilidade de redescobrir-se sua função principal.

Preferimos não entrar em debate sobre os projetos de reforma do Poder Judiciário que estão, no momento, em debate no Congresso Nacional, considerando-os, em quase sua totalidade, ofensivos à independência — senão à sobrevivência — desta instituição. Falamos de um modelo de Justiça que, a nosso ver, pode se aproximar mais da população como um todo, que pode se reaproximar de seu ideal — fazer justiça.

Verificamos que hoje não se pode pensar em separação de poderes, mas sim um equilíbrio entre as forças estatais de modo a evitar o domínio de uma sobre a outra, tendo em vista a multiplicidade de funções dos poderes da República.

A própria história do Judiciário pátrio leva, induz, a uma estrutura estratificada, hierarquizada e pouco democrática. Sua função, quando de sua formação, resumia-

se a solução de litígios entre particulares. Com a evolução da sociedade, assumiu novas atividades. No período entre-guerras consolidou-se seu papel de controle de constitucionalidade, através do qual permitia a hegemonia da Constituição sobre as leis ordinárias, evitando, dessa forma, o abuso do Legislativo e até do Executivo (atualmente legisla por meio de medidas provisórias), na promulgação de normas inferiores hierarquicamente. Além disso, tem o dever de autogovernar-se, não permitindo a ingerência de outro poder com o objetivo de realizar tal função sobre si. Por fim, temos a função política, em que o controle de constitucionalidade é uma de suas vertentes. O Judiciário é a caixa de ressonância do Estado. Deve atuar, consciente de suas funções, para que não as atrofie. Através da Justiça que os conflitos ganham soluções. Por isso deve estar sempre atenta para o desvio de finalidade dos outros poderes ou o excesso em sua realização. Não pode se abater e se entregar à manipulação destes.

O modelo judiciário brasileiro é o técnico-burocrático, caracterizando-se por um método seletivo de juízes fortes, com um grau de credibilidade razoável e evidente escolha dos melhores. Entretanto, com uma mentalidade excessivamente formal, dogmática. Onde um documento, com o mínimo de requisitos exequíveis, tem prioridade à realidade fática. Ou seja, completamente disforme ao Estado Democrático estabelecido na Constituição Federal.

São muitos (se não todos) os pontos em que o Judiciário Nacional encontra-se em xeque. Alguns deles já em mate. A estrutura de nossa Justiça acha-se comprometida, completamente ruída. Construída para uma realidade há muito passada, é arcaica, conservadora, obsoleta. O sistema legislativo é imensuravelmente desorganizado. A quantidade de leis é desnecessária, mas assim mesmo não consegue acompanhar o avanço social. A quantidade de juízes é risível, proporcionalmente à demanda de processos. Chega a ser desumana a relação juízes/habitantes. Cada Ministro do Supremo Tribunal Federal julga e relata cerca de 80 processos semanais (desmerece comentários). Isto significa que a Justiça brasileira encontra-se falida.

A crise institucional deriva da apatia e latência do Judiciário, diante de suas novas funções elencadas na Carta Magna. À Justiça cabe controlar a efetuação, a real aplicação da lei. Não importa o modo ou o agente desrespeitador, pois o Judiciário estará a zelar pelo cumprimento da Constituição. Para isso, não pode ceder ou abrir espaço aos caprichos dos poderosos.

Apesar dos vários controles sempre elencados como existentes sobre a estrutura judiciária, é possível perceber que nenhum deles atua com imparcialidade e, muito menos, eficácia, sendo evidente a inoperância dos mesmos. Por isso é reclamada, e a nosso ver corretamente, a falta de fiscalização sobre o Judiciário, o que o deixa irresponsável por seus atos de forma injustificada, pois no atual jogo de forças e determinações constitucionais, nenhum poder pode ficar sem controle de suas atividades.

Inobstante toda crise até aqui refletida, cabe afirmar-se que a principal é a de mentalidade dos juízes. É evidente que estes não são os únicos responsáveis pela

debilidade judicial brasileira, mas seu pensamento ultrapassado, formalista e positivista, impede uma evolução do arcabouço do nosso Judiciário.

Mesmo levando-se em conta o quadro desastroso de nossa Justiça, é possível vislumbrar-se “uma luz no fim do túnel”. Alguns motivos levam-nos a crer que um novo Judiciário está sendo gerado.

Em primeiro lugar, é fundamental priorizar-se a realização e descobrir-se que a forma é acessória, deve servir à formação da convicção jurídica. Mas quando for desnecessário, não se pode ter receio em deixá-la de lado. Uma reforma legislativa faz-se urgente, de modo a priorizar-se a realidade e desprezar-se o expletivo, organizando o ordenamento jurídico brasileiro. A informática deve ser assumida como meta a ser atingida em todas as esferas, instâncias e entrâncias da Justiça. Deve deixar-se sob iniciativa dos Tribunais de Justiça a proposição de leis processuais, de modo a suprir as necessidades locais. A especialização das varas nos grandes centros urbanos deve ser seguida, na busca da agilização na prestação jurisdicional. Não devem ser cobradas taxas judiciárias, tendo em vista ausência de motivos de sua permanência e a sua característica de afastamento das classes populares.

É preciso retirar-se dos tribunais a exclusividade na realização da tarefa de dirimir conflitos, principalmente, relativo às questões de menor complexidade. Coisa em que se encaixa muito bem os juizados especiais cíveis e criminais. Estes, se bem dirigidos e aplicados corretamente, serão responsáveis pela descompressão da Justiça comum.

Sem dúvida alguma que, em sendo aprovada a vinculação às súmulas do STF, muito ganhará o Judiciário em velocidade. Entretanto, achamos que o preço é muito alto: a perda da independência e da criatividade peculiares ao Judiciário. Através de outros meios pode-se reviver uma Justiça rápida e eficaz sem a perda daquelas. Senão não será atividade jurisdicional ...

Um controle administrativo sobre o Judiciário é necessário para soerguimento de sua credibilidade, sem retirar sua imparcialidade, muito menos seu pressuposto: a independência. Com composição pluralista e paritária, através da presença em seu conselho, dos vários setores envolvidos na questão judiciária (juízes, Ministério Público, advogados e professores universitários), se descobrirá os óbices a uma célere e justa produção judicial e oferecerá sugestões amplamente discutidas e públicas.

Mas o mais importante é que os juízes conscientes de seu papel, possam utilizar-se dele na distribuição de paz social. Pois o sentimento de impunidade assola o país; a certeza que a Justiça só atinge o pobre para condená-lo, é evidente. É necessário recuperar-se o prestígio do Judiciário através de demonstração de resultados. Sabemos que este tipo de mudança não é repentina, mas fruto de um processo contínuo de transformação. Ele já se iniciou, porém falta muito para concluí-lo. Nós operadores jurídicos temos de começá-la dentro de cada um, depois exigi-la, na prática dos outros. Temos uma grande parcela de contribuição neste caminho e não podemos esperar pelo outro. Uma andorinha só, pode começar o verão.

Bibliografia Consultada

- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. *Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1993. 1286p.
- ATALIBA, Geraldo. "Judiciário e minorias". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 96, pp. 186-194, 1987.
- BEMFICA, Francisco Vaní. *O Juiz, o Promotor, o Advogado: seus poderes e deveres*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- BORGES NETO, André Luiz. "A revisão constitucional e o controle externo do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 697, pp. 243-246, 1993.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. "Magistratura, sistema jurídico e sistema político". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 111-120.
- CASTRO E COSTA, Flávio Dino de. "Poder Judiciário: Para Quê? Para Quem?" *Desenvolvimento & Cidadania*, São Luís, n.15, pp. 39-42, 1995.
- CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B. "Responsabilidade do Estado pelo mau funcionamento da Justiça". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.116, pp. 107-114, 1992.
- CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. "A fiscalização do Judiciário por órgão externo". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 84, n.719, pp. 329-342, 1995.
- _____. "Interesses Metaindividuais: questão de acesso à justiça". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 676, pp. 39-47, 1992.
- COTRIM NETO, A. B. "Da Responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988". *Revista de Direito Público*, São Paulo, n.1, pp. 31-49, 1993.
- CRUZ, Diniz Ferreira da. "O controle externo da magistratura". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.700, pp. 256-276, 1994.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996, 163p.
- DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. "Os poderes do juiz no processo civil e a reforma do Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.700, pp. 35-39, 1994.
- DOBROWOLSKI, Silvío. "Novas funções e estrutura do Poder Judiciário na Constituição de 1988: uma introdução". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.108, pp. 67-76, 1990.
- FALCÃO, Joaquim de Arruda. "Democratização e serviços legais". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 145-158.
- FARIA, José Eduardo, LOPES, José Reinaldo de Lima. "Pela democratização do Judiciário". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 159-166.

- FARIA, José Eduardo. "O modelo liberal de direito e Estado". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. "Ordem legal X Mudança social: a crise do Judiciário e a formação do magistrado". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989. pp. 95-110.
- _____. "Os desafios do Judiciário". *Revista USP*, São Paulo, v. 21, pp. 46-57, 1994.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. "O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência?" *Revista USP*, São Paulo, v. 21, pp. 12-21, 1994.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. "Poder Judiciário na Constituição de 1988". *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 198, pp. 1-17, 1994.
- GOMES, Luiz Flávio. "Controle Externo do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 668, pp. 231-36, 1991.
- _____. "Inconstitucionalidade do controle 'externo' do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 695, pp. 262-64, 1993.
- _____. "Legitimação democrática do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 684, pp. 404-08, 1992.
- _____. *Suspensão Condicional do Processo Penal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995, p. 232.
- _____. *A Dimensão da Magistratura*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1996, 266p.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. "A crise do Poder Judiciário". *Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 34, pp. 11-26, 1990.
- KATO, Shelma Lombardi de. "A crise do direito e o compromisso da libertação". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989. pp. 167-184.
- KELSEN, Hans. *O problema da justiça*. Tradução: João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. "A função política do Poder Judiciário". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989. pp. 125-144.
- _____. "Judiciário, democracia, políticas públicas". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 122, pp. 155-165, 1994.
- _____. "Justiça e Poder Judiciário ou a virtude confronta a instituição". *Revista da USP*, São Paulo, v. 21, pp. 22-33, 1994.
- MACIEL, Adhemar Ferreira. "Observações sobre os Tribunais Regionais Federais". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 107, pp. 131-146, 1990.
- MARINHO, Josaphat. "Controle do Poder Judiciário". *Revista da Procuradoria Geral da República*, São Paulo, v. 3, pp. 39-50, 1993.

- MELO, Osmar Alves de. "Aspectos da improdutividade da Justiça". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.53, pp. 259-270, 1977.
- NALINI, José Renato. "A reforma judicial no Brasil". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.712, pp. 330-334, 1995.
- . "Componentes específicos da reforma judiciária". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n.707, pp. 243-246, 1994.
- . "*O juiz e o acesso à justiça*". São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.
- . "O juiz, o mundo exterior e a produção de justiça". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 705, pp. 272-282, 1994.
- NEGRÃO, Theotônio. "Uma nova estrutura para o Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 639, pp. 242-247, 1989.
- NOGUEIRA, Antônio de Pádua Ferraz. "A magistratura como poder". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 698, pp. 251-255, 1993.
- NOGUEIRA, Roberto Wanderley. "Judiciário envergonhado — argumentos no favor de seu controle externo". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 699, pp. 253-261, 1994.
- PAES, José Eduardo Sabo. "Controle externo do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 696, pp. 282-286, 1993.
- PAVÓN, Dalmácio Negro. "Natureza social do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 695, pp. 16-29, 1993.
- PRUDENTE, Antônio Souza. "Poder Judiciário e controle externo". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 124, pp. 5-08, 1994.
- . "Poder Judiciário e segurança jurídica". *Revista Trimestral de Direito Público*, São Paulo, n. 3, pp. 211-218, 1993.
- REALE, Miguel. "O Judiciário a serviço da sociedade". In: II Congresso da Magistratura Estadual, Rio Grande do Sul, Associação dos Juizes, 1994.
- RIBEIRO, Antônio de Pádua. "Controle da Atividade Judiciária". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.111, pp. 335-346, 1991.
- RUIVO, Fernando. "Aparelho judicial, Estado e legitimação". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989, pp. 66-94.
- SADEK, Maria Tereza, ARANTES, Rogério Bastos. "A crise do Judiciário e a visão dos juizes". *Revista USP*, São Paulo, v. 21, pp. 34-45, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Introdução à sociologia da administração da justiça". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.
- . "Justiça popular, dualidade de poderes e estratégia socialista". In: *Direito e Justiça: a função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989. pp. 185-205.

- TREVISAN, Carlos Henrique Miguel, CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. "Controle externo do Poder Judiciário". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 693, pp. 37-43, 1993.
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva. "Controle externo do Poder Judiciário e controle de qualidade do Judiciário e da magistratura: uma proposta". *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.121, pp. 13-24, 1994.
- _____. "Problemas e soluções na prestação da Justiça". *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 664, pp. 215-235, 1991.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos*. Tradução: Juarez Tavares. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.